

Sumário

Capítulo 1 ► TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	25
1. O que são direitos humanos. Direitos humanos e direitos fundamentais.....	25
2. Centralidade dos direitos humanos. Por que direitos humanos são tão importantes?	27
3. Fundamentos dos direitos humanos	27
4. Institucionalização dos direitos humanos	28
5. Quais são os direitos humanos. Tipos de direitos	29
6. Direitos e garantias. Tipos de garantias	30
7. Características dos direitos humanos.....	31
7.1. Historicidade. A expansão dos direitos humanos. A proibição de retrocesso	32
7.2. Universalidade. A universalidade e o relativismo cultural. Multiculturalismo, interculturalismo e universalismo de chegada. A hermenêutica diatópica....	35
7.3. Relatividade. A relativização de direitos e os direitos absolutos.....	38
7.4. Irrenunciabilidade. A não faculdade de dispor sobre a proteção da dignidade humana.....	40
7.5. Inalienabilidade	41
7.6. Imprescritibilidade.....	41
7.7. Unidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos	43
8. Evolução histórica dos direitos humanos. As gerações (ou dimensões) de direitos humanos.....	43
8.1. As primeiras declarações de Direitos Humanos.....	43
8.1.1. As declarações inglesas	44
8.1.2. As declarações americanas	46
8.1.3. A declaração francesa.....	47
8.2. As gerações de direitos humanos.....	48
8.2.1. A 1ª geração de direitos humanos	49
8.2.2. A 2ª geração de direitos humanos	51
8.2.3. A 3ª geração de direitos humanos	52
8.2.4. Quadro comparativo entre as 3 grandes gerações de direitos humanos	54
8.2.5. Outras gerações de direitos humanos	54
8.2.6. Gerações ou dimensões de direitos humanos?.....	55
9. Eficácia vertical, horizontal, diagonal e vertical com repercussão lateral dos direitos humanos.....	56
10. Limitação de direitos humanos.....	60
10.1. Primeiras observações	60
10.2. Limitação pelo Legislativo, pelo Executivo e pelo Judiciário	61
10.3. Teoria dos limites da limitação	61

10.4. Proporcionalidade como limite à limitação de direitos	62
11. Globalização e direitos humanos	63

Capítulo 2 ► A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E OS DIREITOS HUMANOS..... 67

1. Inovações da CF 88	67
1.1. Dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado	67
1.2. Proteção da pessoa humana como objetivo fundamental do Estado	68
1.3. Prevalência dos direitos humanos como princípio regente das relações internacionais.....	70
1.4. Positivização dos direitos e garantias fundamentais logo no início do texto constitucional	71
1.5. Consagração da aplicação imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais.....	71
1.6. Abertura do catálogo de direitos e garantias fundamentais e reconhecimento dos tratados internacionais de direitos humanos.....	72
1.7. Afirmação dos direitos sociais como verdadeiros direitos fundamentais	73
1.8. Qualificação dos direitos das pessoas como cláusula pétrea.....	73
1.9. Formação de um tribunal internacional dos direitos humanos	74
1.10. Quadro sinóptico das inovações da Constituição de 1988	75
1.11. Inovações da Emenda Constitucional 45/2004	75
1.11.1. Alteração do status formal dos tratados de direitos humanos.....	75
1.11.2. Possibilidade de submissão ao Tribunal Penal Internacional	75
1.11.3. Federalização dos casos de graves violações de direitos humanos, ou incidente de deslocamento de competência para os órgãos federais.....	76
2. Aplicação imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais	86
3. Petrificação dos direitos.....	87
4. A declaração de direitos	88
5. A titularidade dos direitos e garantias.....	90
6. A Constituição e os tratados internacionais sobre direitos humanos	92
6.1. A partir de que momento os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados à ordem jurídica interna do Brasil, podendo ser aplicados internamente?	92
6.1.1. Assinatura do Tratado e Aprovação legislativa. Unicidade e duplicidade de vontade.....	94
6.1.2. Ratificação e depósito do tratado.....	96
6.1.3. (Des) Necessidade de promulgação do tratado na ordem interna. Monismo x Dualismo	97
6.1.4. E o Brasil, como fica? Monismo ou dualismo?	98
6.1.5. A aplicação dos tratados de direitos humanos na ordem interna não dependeria da promulgação na ordem interna?.....	98
6.2. Os tratados são incorporados à ordem jurídica brasileira com que status normativo, com que natureza jurídica?	100
6.2.1. As diferentes teses, a Emenda Constitucional 45/2004 e a posição do STF. Teoria do duplo estatuto dos tratados de direitos humanos....	101

6.2.2.	A natureza supralegal é somente para os tratados sobre direitos humanos aprovados após a EC 45/2004 ou também para os aprovados antes dela?	104
6.2.3.	Com a Emenda 45/2004 todos os tratados sobre direitos humanos passaram a ter status formalmente constitucional?	105
6.2.4.	A divergência doutrinária	110
6.2.5.	A prisão civil do depositário infiel	112
6.2.6.	Controle de convencionalidade. O duplo controle de validade.....	116
Capítulo 3	► DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	121
1.	O que é o direito internacional dos direitos humanos	121
2.	Precedentes. O pós 1ª Guerra	122
2.1.	Direito Humanitário. O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho	122
2.1.1.	Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho	122
2.1.2.	O Comitê Internacional da Cruz Vermelha.....	123
2.1.3.	As Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha.....	125
2.1.4.	A Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho	125
2.2.	Liga das Nações.....	126
2.3.	Organização Internacional do Trabalho	126
3.	O pós 2ª Guerra. O surgimento da onu e a criação do Tribunal de Nuremberg ...	127
3.1.	O contexto da 2ª Guerra	127
3.2.	O Tribunal de Nuremberg.....	128
3.2.1.	Tribunal de exceção e juízo natural	129
3.2.2.	Julgamento apenas dos alemães. E os crimes praticados por aliados?	129
3.2.3.	Legalidade e retroatividade penal.....	129
3.2.4.	Penas de prisão perpétua e de morte por enforcamento.....	130
3.2.5.	Justificativas para relativizar as garantias violadas.....	130
4.	Sistemas jurídicos internacionais protetivos de direitos humanos. Sistema global e sistemas regionais.....	131
4.1.	Considerações preliminares	131
4.2.	A Multiplicidade de sistemas e relacionamento entre os sistemas	132
4.3.	Conflito entre sistemas. Aplicação da norma mais benéfica à pessoa humana.....	134
4.3.1.	A audiência de custódia	136
5.	Mecanismos convencionais e não convencionais.....	138
6.	Convenções gerais e convenções especiais (sistema geral e sistema especial) .	140
7.	Responsabilidade internacional dos estados em matéria de direitos humanos .	141
8.	Fiscalização do cumprimento das obrigações internacionais	142
8.1.	Considerações iniciais.....	142
8.2.	Órgãos fiscalizatórios	142
8.2.1.	Órgãos executivos	142

8.2.2.	Órgãos jurisdicionais	144
8.2.3.	Regra do esgotamento dos recursos internos. Caráter subsidiário da atuação dos órgãos internacionais. Dever primário dos órgãos internos de atuar em matéria de direitos humanos.....	145
8.2.4.	Teoria da margem de apreciação nacional	147
8.2.5.	Teoria da quarta instância	149
8.3.	Mecanismos de fiscalização	150
8.3.1.	Relatórios.....	150
8.3.2.	Denúncias (ou comunicações) interestatais.....	151
8.3.3.	Denúncias (ou petições) individuais.....	152
8.3.4.	Investigações <i>motu proprio</i> (de iniciativa própria).....	153
8.4.	Capacidade internacional dos indivíduos. O <i>jus standi</i>	153
9.	O dever de adotar medidas internas e a natureza supraconstitucional do Direito Internacional dos Direitos Humanos	155
Capítulo 4 ► SISTEMA GLOBAL (OU UNIVERSAL) DE DIREITOS HUMANOS		159
1.	A ONU. A Carta da ONU de 1945	159
2.	A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948	160
2.1.	Considerações preliminares	160
2.2.	Conteúdo da Declaração. Tipos de direitos abrangidos.....	164
2.3.	Natureza da Declaração: Tratado ou Resolução?.....	165
2.4.	Afinal, a Declaração possui força jurídica?	166
2.5.	Direitos abrangidos na Declaração	168
2.6.	Proibição de interpretação contrária aos direitos humanos	171
3.	A juridicização da declaração. Os dois pactos de 1966	171
4.	Declaração Internacional de Direitos (<i>International Bill of Rights</i>). O sistema geral da ONU.....	173
5.	Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.....	174
5.1.	Direitos reconhecidos	175
5.1.1.	Direito à vida e pena de morte	176
5.1.2.	Trabalho forçado	177
5.2.	Aplicação Imediata.....	178
5.3.	Suspensão das obrigações decorrentes do Pacto.....	178
5.4.	Monitoramento	179
6.	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	181
6.1.	Direitos reconhecidos	181
6.2.	Aplicação progressiva. Natureza programática do Pacto?.....	183
6.3.	Monitoramento	185
6.4.	Protocolo Facultativo.....	186
7.	Outros instrumentos normativos.....	188
7.1.	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial	189
7.2.	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.....	193
7.3.	Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes	196

7.4. Convenção sobre os direitos da criança	205
7.5. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência	210
7.6. Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas.....	213
7.7. Declaração de princípios de tolerância	214
7.8. Declaração do Milênio das Nações Unidas.....	215
7.9. Proteção Internacional dos Refugiados. Direito internacional dos direitos humanos, direito humanitário e direito dos refugiados	217
7.10. Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias	226
7.11. Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado.....	227
8. A Corte Internacional de Justiça	229
9. O Tribunal Penal Internacional (TPI)	230
9.1. O que é o Tribunal Penal Internacional.....	230
9.2. Precedentes históricos. Nuremberg, Tóquio, ex-Iugoslávia e Ruanda.....	232
9.3. Entrada em vigor do Estatuto do TPI	233
9.4. Adesão do Brasil ao Estatuto do TPI	233
9.5. Jurisdição sobre os indivíduos. Exclusão de jurisdição sobre menores de 18 anos	234
9.6. Complementaridade da Jurisdição do TPI	234
9.7. Crimes abrangidos pela jurisdição do TPI. Imprescritibilidade dos crimes....	235
9.8. Competência <i>ratione temporis</i>	242
9.9. A irrelevância da função oficial exercida pelo Réu.....	243
9.10. Penas previstas	243
9.11. Conflito com o Direito interno dos Estados	244
9.12. A situação do Brasil	244
9.13. O primeiro caso julgado pelo TPI	247
10. Os procedimentos especiais previstos nas Resoluções 1235 e 1503 do Conselho Econômico e Social	247
Capítulo 5 ► SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	251
1. A OEA. Carta da OEA de 1948	251
2. Declaração Americana dos Direitos e Deveres Humanos.....	251
3. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (<i>Pacto de San José de Costa Rica</i>)	252
3.1. Direitos reconhecidos	253
3.1.1. Direito à vida e pena de morte.....	256
3.1.2. Direito à integridade pessoal	260
3.1.3. Trabalho forçado.....	260
3.1.4. Direito à liberdade pessoal.....	261
3.1.5. Garantias judiciais	262
3.2. Aplicação Imediata	264
3.3. Suspensão de garantias.....	264
3.4. Cláusula federal	265
3.5. Fiscalização (<i>meios da proteção</i>)	265

4. Protocolo de San Salvador	267
4.1. Direitos Reconhecidos.....	267
4.2. Aplicação progressiva.....	268
4.3. Meios de proteção.....	269
5. Outros Instrumentos Normativos.....	270
5.1. Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura	271
5.2. Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.....	274
5.3. Convenção Interamericana sobre desaparecimento forçado de pessoas.....	277
5.4. Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.....	279
5.5. Convenção dos direitos das pessoas idosas	279
5.6. Convenção interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.....	282
6. Comissão Interamericana de Direitos Humanos	285
6.1. Organização	285
6.2. Funções.....	287
6.3. Competência (petições individuais e comunicações interestatais).....	288
6.3.1. Requisitos de admissibilidade das petições e comunicações	291
6.3.2. Inadmissibilidade das petições e comunicações.....	292
6.4. O processo na Comissão.....	293
6.5. Medidas cautelares.....	295
6.6. Casos de solução amistosa	296
6.6.1. Caso José Pereira	296
6.6.2. Caso Meninos Emascarados do Maranhão.....	298
6.6.3. Caso Márcio Lapoente da Silveira	300
6.6.4. Caso Fazenda Ubá	301
6.7. Casos sem solução amistosa que não foram submetidos à Corte. O caso Maria da Penha	302
7. Corte Interamericana de Direitos Humanos	306
7.1. Composição.....	307
7.2. Ausência de impedimento pela nacionalidade. Direito a ter um juiz da própria nacionalidade participando do julgamento do caso	309
7.3. Quórum de deliberação.....	309
7.4. Competência da Corte	309
7.4.1. Competência contenciosa	310
7.4.2. Competência consultiva	310
7.4.3. Natureza facultativa da competência da Corte. Cláusula <i>ratione temporis</i>	312
7.5. Legitimidade para submeter casos à Corte. Participação obrigatória da Comissão. A questão da legitimidade dos indivíduos	314
7.6. Defensores Públicos Interamericanos.....	317
7.7. O processo na Corte	319
7.8. As medidas provisórias adotadas pela Corte	321
7.9. A decisão final.....	322

7.10. Cumprimento das decisões da Corte. Execução das indenizações compensatórias. Desnecessidade de homologação por Tribunal brasileiro	324
7.11. Casos julgados pela Corte envolvendo o Brasil.....	326
7.11.1. Caso Ximenes Lopes, sentença de 4 de julho de 2006	326
7.11.2. Caso Nogueira de Carvalho, sentença de 28 de novembro de 2006...	330
7.11.3. Caso Escher, sentença de 6 de julho de 2009	330
7.11.4. Caso Garibaldi, sentença de 23 de setembro de 2009.....	331
7.11.5. Caso Gomes Lund (Guerrilha do Araguaia), sentença de 24 de novembro de 2010	331
7.11.6. Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde.....	336
7.11.7. Caso Cosme Rosa Genoveva ou Caso Favela Nova Brasília	340
7.11.8. Caso Povo Indígena Xucuru.....	350
7.11.9. Caso Vladimir Herzog e outros	355
7.11.10. Caso Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares.....	360
7.11.11. Caso Barbosa de Souza e outros.....	363
7.11.12. Caso Gabriel Sales Pimenta	366
7.11.13. Caso Tavares Pereira	370
7.11.14. Caso José Airton Honorato e outros (Castelinho)	372
7.11.15. Caso Neusa dos Santos Nascimento e Gisele Ana Ferreira	375
7.11.16. Caso Manoel Luiz da Silva.....	378
7.11.17. Caso Comunidades Quilombolas de Alcântara	379
7.11.18. Caso Cristiane Leite de Souza e outros (mães de Acari).....	381
7.11.19. Caso Collen Leite (Bacuri)	383
7.12. Precedentes temáticos da Corte	385
7.12.1. Obrigação de adotar medidas de direito interno.....	385
7.12.2. Controle de convencionalidade.....	386
7.12.3. Interseccionalidade. Caso “Gonzales Lluy e outros vs. Equador”.....	387
7.12.4. Direito à vida	390
7.12.4.1. O que significa concepção, para fins de proteção da convenção Americana de direitos humanos? Caso “Artavia Murillo e outros (Fertilização in Vitro) vs. Costa Rica”	390
7.12.4.2. Pena de morte. Ampliação dos casos na legislação nacional. Opinião Consultiva n. 3.....	393
7.12.5. Direito à verdade.....	394
7.12.6. Identidade de gênero e orientação sexual.....	395
7.12.6.1. Opinião Consultiva n. 24	396
7.12.6.2. Caso “Azul Rojas Marín e outra vs. Perú”.....	398
7.12.6.3. Caso “Atala Riffo vs. Chile”	399
7.12.6.4. Caso “Pavez Pavez vs. Chile”	400
7.12.7. Liberdade de expressão. Caso “Tristán Dono vs. Panamá”	402
7.12.8. Meio ambiente. Opinião Consultiva n. 23	404
7.12.9. Asilo. Opinião Consultiva n. 25	406
7.12.10. Índios. Direito às suas terras. Caso comunidade indígena Xákmok Kásek vs. Paraguai	408

7.12.11. Reincidência. Caso Fermin Ramirez vs. Guatemala	411
8. Leis de anistia e o dever dos estados de investigar, julgar e punir	412
8.1. Considerações iniciais. Distinção entre anistia, graça e indulto.....	412
8.2. Autoanistia e anistia bilateral.....	413
8.3. A lei de anistia brasileira e a decisão do STF na ADPF 153.....	413
8.4. O dever de investigar e a anistia na visão dos órgãos internacionais.....	416
8.5. O que deve prevalecer: a decisão do STF ou a decisão da Corte Interamericana? A percepção de que os Tribunais nacionais não dão mais “a última palavra” em matéria de direitos humanos.....	420
Capítulo 6 ► OUTROS SISTEMAS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.....	423
1. Sistema Europeu de Direitos Humanos	423
1.1. Considerações iniciais. Sistema europeu, Conselho da Europa e União Europeia	423
1.2. O Conselho da Europa	424
1.3. A Comissão de Veneza	424
1.4. A Convenção Europeia de Direitos Humanos	425
1.5. Direitos sociais no sistema europeu. A Carta Social Europeia	426
1.6. O Tribunal Europeu de Direitos Humanos.....	428
1.7. Precedentes temáticos do Tribunal Europeu de Direitos Humanos.....	430
1.7.1. Liberdade de expressão e negação do holocausto. Caso Udo Pastörs vs. Alemanha	430
1.7.2. Liberdade de expressão e apologia contra homossexuais. Caso Vedjeland vs. Suécia.....	431
1.7.3. Liberdade de expressão artística x Liberdade religiosa – Caso Wingrove vs. Reino Unido, 1996	431
1.7.4. Discriminação racial e liberdade de imprensa. Caso Jersild vs. Dinamarca, 1994	433
1.7.5. Pluralismo político e perseguição política. Caso Navalny vs. Rússia.....	435
1.8. Direitos Humanos na União Europeia	436
1.8.1. Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia	437
1.8.2. Pilar Europeu dos Direitos Sociais.....	437
1.8.3. Precedente temático da Corte de Justiça da União Europeia. Direito ao esquecimento. Caso Google Spain vs. AEPD e Mario Costeja González	439
2. Sistema Africano de Direitos Humanos	441
2.1. A União Africana e a antiga Organização da Unidade Africana	441
2.2. A Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos	441
2.3. A Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos	441
2.4. O Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos.....	441
3. Direitos humanos na Ásia	442
4. Direitos humanos no Mercosul.....	443
4.1. Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e a Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul.....	443

4.2. Declaração Sociolaboral do Mercosul	444
4.3. Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul	445
Capítulo 7 ► A ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA E ALGUNS DIREITOS HUMANOS	449
1. Direitos políticos	449
1.1. Sufrágio, voto, plebiscito, referendo e iniciativa popular	449
1.2. Alistamento eleitoral e capacidade eleitoral ativa	451
1.3. Condições de elegibilidade	452
1.4. Inelegibilidades	452
1.5. Cassação, perda e suspensão de direitos políticos	454
1.6. Anterioridade da lei que alterar o processo eleitoral	455
2. Direito à saúde	455
3. Assistência social	459
3.1. A garantia de um salário mínimo de benefício mensal	462
4. Portadores de transtornos mentais	463
4.1. Considerações iniciais	463
4.2. Direitos reconhecidos	464
4.3. Responsabilidade do Estado com os portadores de transtornos mentais..	465
4.4. Internação psiquiátrica da pessoa portadora de transtorno mental	465
4.5. Pesquisas científicas com pessoas portadoras de transtornos mentais.....	468
5. Portadores de deficiência	468
6. Igualdade racial	475
6.1. Considerações iniciais.....	475
6.2. Conceitos operacionais.....	475
6.3. Diretrizes da participação da população negra	477
6.4. Os direitos fundamentais da população negra	478
6.5. Sistema Nacional de Promoção de Igualdade Racial (SINAPIR)	481
6.6. Discriminação étnica, fiscalização e acesso à justiça.....	482
7. Programa Nacional de Direitos Humanos.....	482
7.1. Considerações iniciais.....	482
7.2. Eixos orientadores e diretrizes	483
7.3. Prazo de implementação das medidas do PNDH 3	488
7.4. Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PNDH 3	488
8. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e Conselho Nacional dos Direitos Humanos.....	488
9. O ministério Público e a defesa dos direitos humanos.....	494
10. A Defensoria Pública e a defesa dos direitos humanos.....	494
10.1. Missão constitucional da Defensoria Pública	494
10.2. Princípios institucionais da Defensoria Pública	497
10.3. Defensorias Públicas previstas na Constituição	498
10.4. Autonomia das Defensorias Públicas.....	498
10.5. Organização das Defensorias Públicas	500
10.6. Garantias dos Defensores Públicos	500
10.7. Defensores Públicos Interamericanos.....	501
10.8. Defensoria Pública e Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura	501

11. Comissão nacional da verdade.....	502
12. Proteção dos idosos.....	509
13. População em situação de rua	515
14. Identidade de gênero e orientação sexual. Pessoas LGBTQIA+	519

Capítulo 8 ▶ ACESSO À JUSTIÇA **525**

1. Acesso à justiça como um direito humano e fundamental	525
2. Acesso à justiça e assistência jurídica	526
3. Acesso à justiça em sentido formal e em sentido material.....	527
4. Acesso à justiça por Mauro Cappelletti e Bryant Garth	528
4.1. As três ordens de obstáculos.....	528
4.2. As três ondas de soluções práticas.....	529
5. Acesso à justiça por pessoas pobres e defensoria pública. As resoluções da OEA.....	530
6. Assistência jurídica gratuita a pessoas pobres. Um serviço público não exclusivo do estado, que não é atribuição exclusiva da defensoria pública.	532
7. Possibilidade constitucional de os municípios instituírem serviço público de assistência jurídica gratuita em favor de pessoas pobres	534

Palavras finais ▶ UM CONVITE MUITO ESPECIAL DO AUTOR..... **539**